



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



INCLUSÃO/ EXCLUSÃO DIGITAL DE JOVENS ALUNOS DO ENSINO NOTURNO

Sheilla Alessandra Brasileiro

PUC Minas

Rua Des. Afonso Lages, 385 – Ap. 201 – Bairro Dona Clara – Belo Horizonte – MG

(31) 3497.1554/ 9996.9263

sheillabrasileiro@pucminas.br

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma síntese de uma pesquisa de mestrado que visou discutir a questão do acesso dos jovens da escola noturna às novas tecnologias, sendo este acesso ou sua impossibilidade considerados formas de inclusão ou exclusão digital, numa sociedade em que a informatização torna-se, a cada dia, mais presente.

Partimos da hipótese de que a dificuldade ou impossibilidade de acesso às novas tecnologias trazia conseqüências prejudiciais ao desenvolvimento dos jovens alunos do ensino noturno. Ao estudarmos o perfil desses alunos, percebíamos, sem muita dificuldade, o quanto a escola poderia se posicionar como aliada na inserção desses jovens no chamado mundo digital. A maioria deles advém das classes sociais desfavorecidas e, por conseguinte, tem poucas possibilidades de ter acesso, por si mesmos ou com apoio de seu grupo familiar, às novas tecnologias

A pesquisa foi realizada com jovens entre 20 e 24 anos, alunos da escola noturna da rede municipal de educação de Belo Horizonte. A metodologia adotada não privilegiou apenas a apuração quantitativa da inclusão/exclusão digital, através da aplicação de questionários; considerou também que os jovens em questão –

representativos de uma determinada parcela da população – deveriam ser ouvidos. Assim, foram formados Grupos Focais, nos quais eles puderam expressar suas opiniões, percepções e seus sentimentos frente a questões relativas ao mundo das novas tecnologias.

Dentre as elucidações advindas com a pesquisa, verifica-se a identificação dos jovens como sujeitos de formulação e expressão de demandas relacionadas às influências das novas tecnologias na sociedade atual. Contudo, eles não as utilizam em sua prática social ou, se o fazem, é de maneira periférica e eventual. O avanço tecnológico não gerou a correspondente democratização do acesso à tecnologia.

Este trabalho pretende servir de alerta para que os educadores e os formuladores de políticas repensem o papel das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e redirecionem seus objetivos de modo a garantir a inclusão dos jovens não só na sociedade da informação, como também na sociedade do trabalho.

INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL

*Não dá mais para viver sem tecnologia (...)
mas para a gente, o computador é um bicho desconhecido.
Márcio – Aluno do Ensino Fundamental Noturno*

Nesta pesquisa, ao invés de rechaçar o conceito de exclusão, visando à precisão conceitual pela eliminação das ambigüidades, buscamos aprimorá-lo, explicitando estas últimas, por entender que elas não revelam erro ou imprecisão, mas a complexidade e contraditoriedade que constituem o processo de exclusão social – inclusive sua transmutação em inclusão social. Desta forma, compartilhamos das idéias de Sawaia (1999):

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética exclusão/inclusão.(p.8)

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica; elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e

individual e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

O tema “exclusão digital” tem aparecido como uma preocupação mundial e aportou à agenda da ONU. Segundo Rifkin (2001), no final do século XX, 65% da população mundial sequer haviam sequer dado um telefonema e, aproximadamente, 40% não dispunham de energia elétrica.

De acordo com o Mapa da Exclusão Digital elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e o Comitê para Democratização da Informática, apenas 13,44% dos jovens com idade entre 20 e 25 anos, no Brasil, possuem computador.

Que o computador já é uma inapelável realidade na vida social, não resta dúvida. Mas, para a maioria das pessoas, este é um mundo, em suma, distante e fechado. Em 2001, 12,46% da população brasileira dispunha de acesso, em seus lares, ao computador, e 8,31% à Internet. Ou seja, milhões de brasileiros estão ficando fora da internet – um dos nossos principais meios de comunicação, fonte de informação e pivô da nova economia. A exclusão social está sendo reforçada pela exclusão digital, o que leva a ela contornos distintos, pós-modernos.

Essa é a nova face da desigualdade social. Enquanto um jovem das camadas abastadas da sociedade tem acesso ao ciberespaço e a todas as fontes de informação disponíveis, o jovem da camada pauperizada, privado de interagir com os produtores da informação, omite-se de observá-los, questioná-los e, até mesmo, de copiar seus arquivos. Para a pessoa incluída na rede, a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade os resultados. Quem está desconectado desconhece o oceano informacional, impossibilitando-se de comunicar com a velocidade dos incluídos.

O uso da expressão "inclusão digital", ao invés de "alfabetização digital", tem outra razão importante. Sem desqualificar ações em relação à população como um todo, ela coloca o foco na "inclusão digital" dos excluídos socialmente. Aqui, o argumento é óbvio. Não tem sentido um esforço concentrado na "inclusão digital" dos segmentos da população que, por sua própria inserção social, já têm domínio das tecnologias de informática e de comunicação.

Devemos elevar a questão da inclusão digital ao nível de política pública. O grande desafio é enfrentar a herança do analfabetismo funcional ao mesmo tempo

em que combatemos o *apartheid* tecnológico. Alegar que primeiro se erradica um para depois enfrentar o outro, é erro primário. O distanciamento da sociedade informacional alimenta a exclusão. A melhor forma de combater o *apartheid* digital – a longo prazo – é investir diretamente nas escolas, de modo a que os alunos possam ter acesso às novas tecnologias. Sabemos que o aspecto compensatório continuado não deixa raiz na vida das pessoas. Isto é, interrompidos os programas, a clientela volta ao status marginalizado original. A inclusão digital estabelece as raízes dos indivíduos na era do conhecimento.

Dadas estas constatações, cabe indagar: Como os jovens percebem essa exclusão digital? Quando percebem? Como eles falam das exigências da informática em suas próprias vivências? O que pensam da escola e de seu papel quanto ao uso das novas tecnologias? Deveria a escola transformar-se em um agente de inclusão digital?

DEMANDAS EDUCACIONAIS

Embora pouco mais de 6% da população do país tenha um micro em casa, o computador está presente no imaginário, no cotidiano dos jovens pesquisados, como um elemento vital.

“Nós todos temos que entrar na era da informática para não deixarmos de existir”. (Q21)

“Através da tecnologia conseguimos, através de um só lugar, passar informações para o mundo inteiro”(Q26)

“Num futuro próximo tudo será comandado pelo computador” (Q03)

“As pessoas precisam de um computador para estarem informadas” (Q 15)

Estas falas revelam a incorporação do discurso da “nova” revolução, que tem recebido incontáveis denominações: Castells (2000) a chamou “Revolução das Novas Tecnologias da Informação”; Negro-Ponte (1996) preferiu denominá-la “Revolução Digital”, Lojkin (1999) nomeou-a “Revolução Informacional”, Jeremy Rifkin (2001) a apontou como a “Era do acesso” e Schaff (1993) a “Sociedade informática”, entre tantas outras que engrossam o elenco.

O que parece comum a todos é que no cerne dessa revolução está o uso do computador como instrumento vital da comunicação, da economia e da gestão do

poder. Além da transformação de toda produção simbólica em um conjunto de dígitos, também foi importante a integração do computador ao microprocessador e, destes, aos avanços das telecomunicações, gerando um processo rápido e contundente de disseminação de informações.

Braga (1996) acredita que os educadores que defendem uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e igualitária precisam refletir sobre as conseqüências de uma postura antitécnica – que é diferente de uma atitude crítica diante da técnica. Uma postura de negação à informação ou de discutir crítica e coletivamente seus limites, possibilidades e alternativas para a sociedade informática, só contribui para a sua própria exclusão e subordinação a um processo e progresso inevitável, com possível agravamento na situação de miséria, dependência e marginalização de cidadãos que não podem compreender, sequer participar de uma sociedade a que não têm acesso.

Os jovens sentem-se excluídos do processo de informatização da sociedade:

Leonardo – Eu acho que homens, mulheres, todo mundo tem condição de aprender com o computador, o que falta é o acesso. O pobre só vai ter oportunidade de ver o computador se tiver uma oportunidade na aula, na escola, ou às vezes, ele até faz o esforço de pagar um curso de computação, mas chega em casa ele não tem computador, esquece tudo.

Geovânia – A gente está perdendo oportunidade. Eu acho que quando a gente fala com os diretores das escolas, eles até dão uma resposta, mas não depende só deles. Agora, se a gente vai falar com o prefeito, alguém assim, eles não vão nem atender e a gente continua sem oportunidade.

Paulo – Isso eu sinto, não só porque não temos na escola, mas porque não temos em lugar nenhum.

Márcio – A gente está sendo excluído da evolução.

Acompanhando o raciocínio dos depoentes é possível analisar que, para acessar a internet, por exemplo, é preciso ter um provedor e gastos com a linha telefônica. Além disso é preciso ter um computador que custa, no mínimo, mil reais. Em um país com quase um terço da população abaixo da linha da pobreza, gastar algo em torno de quarenta reais por mês pela conta telefônica é inexecutável para a maioria da população.

Márcio: Tudo é para ser mais fácil, que faz tudo no computador até compra. Como é que você vai comprar se você não sabe mexer no computador? E também o preço dele é alto. Não tem jeito de um assalariado comprar um computador. Isso me inclui. Tem até carro que anda sozinho, então se todo mundo não tiver mais uma oportunidade... Tem até porta aí que eles gravam a voz e você fala luz e a luz acende. Uma casa inteligente, eu já vi esta casa também. Eu digo assim, não adianta ter tecnologia e as pessoas não ter possibilidade de aprender com

ela. Só as pessoas que têm condição financeira de fazer um curso, pagarem e tudo, aí eles vão evoluindo e o pobre vai só ficando para trás.

Impossível negar a importância da tecnologia para os diferentes campos do saber, com reflexos diretos na educação. Sua contribuição – de extremo valor – não pode ser percebida sob um prisma de confiança extremada nem através de uma visão crítica desmedida. A tecnologia não pode em si ser considerada nem boa nem má. Não devemos, porém, ter a ilusão de que a simples incorporação de tecnologia produzirá efeitos favoráveis. É preciso que ela atenda às finalidades educativas, contribuindo para a transformação da prática escolar.

É importante enfatizar que, não sendo neutra, a tecnologia está subordinada a jogos de poder e leis do mercado da sociedade em que está inserida. Conseqüentemente, o sistema educacional vai se apropriar da tecnologia sob uma determinada orientação ética, política, ideológica e pedagógica.

Sabemos imprescindível a utilização das novas tecnologias na escola, pois, através destas ferramentas, o acesso ao conhecimento será ofertado a todos que dela fizerem parte, uma vez que sua forma de pensamento, em nossos dias, está se estruturando a partir dos diferentes meios de comunicação.

Pensar a educação na sociedade da informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação – a começar pelo papel que elas desempenham na gestão de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como prioridades.

E inclusão social, convenhamos, pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias de informação e comunicação devam ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações do governo e, ainda, para mobilizar cidadãos e à participação ativa nas instâncias cabíveis.

Ainda que adultos e jovens, professores e alunos, partilhem de um espaço geográfico e físico em comum, não parece tão fácil partilharem os mundos virtuais difundidos pelos jovens no recente espaço digital. Esta pesquisa pôde constatar que durante as aulas formais professores e alunos se atinham àqueles conteúdos classicamente vinculados aos programas oficiais. No entanto, no intervalo o assunto era a novela, os jogos de fliperama, os ídolos, as notícias do rádio. O questionário

serviu, então, para confirmar a relação dos jovens-alunos com a televisão, rádio, fliperamas, computadores etc.

Um dos dados mais relevantes a chamar nossa atenção foi que dentre os recursos que mais gostariam de ter na escola, o computador destacou-se como o mais almejado pelos jovens estudantes. Para 98% o computador na escola poderia contribuir para uma educação com qualidade superior. Muitos afirmam acreditar que com o computador na escola o acesso à informação e ao conhecimento lhes abriria janelas para uma participação efetiva do seu tempo:

“A cada dia que passa, as coisas evoluem mais e mais. Com o uso do computador na escola estaremos mais informados.” (Q05)

“Se tivermos o computador na escola com internet é como termos a janela do mundo” (Q08)

“Através do computador teríamos acesso a mais conhecimento” (Q12)

“Temos que ter computadores na escola. Parece que a escola parou no tempo.” (Q076)

“Serviria de fonte segura e rápida de pesquisas e atualização.” (Q109)

“A escola é a nossa base, mas ela está muito ruim. Não tem a preocupação com os jovens, não se interessam pelo que nós precisamos e por isso não temos computador.” (Q119)

Alguns afirmam que se preparariam para o mundo do trabalho:

“Poderia nos dar condições para enfrentar o mercado de trabalho, porque se não tivermos estes cursos seremos como analfabetos.” (Q36)

“Com o computador na escola os alunos estariam preparados para enfrentar o mercado de trabalho com mais conhecimentos.” (Q74)

“Hoje tudo gira em função da informática e da internet. Se você tem acesso a isso fica muito mais fácil para você enfrentar o mercado.” (Q94)

Outros, de que haveria maior motivação e aprendizagem:

“Os alunos iriam interessar e aprender mais” (Q10)

“O incentivo de estudar seria muito maior se tivesse computador na escola.” (Q59)

“Seria uma forma de motivar a todos. Seria uma aula bem mais interessante.” (Q99)

Dados do Mapa da Exclusão Digital (2003) confirmam a percepção dos jovens e mostram que aqueles que contam com computador em casa têm desempenho escolar superior. O desempenho dos alunos que têm acesso à internet também é um pouco melhor do que o daqueles que não o têm.

O fato de ter computador, na prova de matemática, se relaciona com um desempenho escolar 17.7% maior do que quando o aluno não possui

computador, para 8ª série. Fonte: CPS/FGV microdados do SAEB¹/INEP, 2003.

Como vimos anteriormente, ainda é pouco significativo o número de brasileiros que possuem computador em casa. Considerando dados da pesquisa realizada pela FGV, “do total de alunos brasileiros matriculados no ensino fundamental, 25,4% estão matriculados em escolas com acesso à internet, e, no ensino médio, este número é de 45,6%,” sendo que a maioria desses alunos encontra-se em instituições privadas e de ensino regular. A tabela a seguir comprova, ainda, que, quanto mais sofisticado o nível de escolaridade, maior a taxa de acesso ao computador e à internet.

Tabela 1 - Acesso ao computador e à internet por anos de estudo

		Taxa de acesso ao computador	Taxa de acesso à internet
Total		12,46%	8,31%
Anos de Estudo	0 anos	4,06%	3,45%
	1 a 4 anos	4,84%	2,79%
	4 a 8 anos	7,60%	4,33%
	8 a 12 anos	17,58%	10,74%
	mais de 12	58,92%	46,81%

Fonte: CPS/ FGV elaborado a partir dos microdados da PNAD/ IBGE

O quadro insuficiente de informatização e conexão das escolas deve ser enfrentado como prioridade. Segundo Silveira (2001), “o governo deveria destinar boa parte das verbas do FUST (Fundo de Universalização das Telecomunicações) para informatizar as escolas”.

Nos relatos do Grupo Focal, percebe-se também a exigência de uma escola mais bem preparada para enfrentar os desafios que formam um mundo com as características do nosso.

Geovânia – Nas escolas tinha que ter computador, não tem jeito, porque senão vai ser sempre isso aí. Todo mundo usa e a gente fica para trás.

Leonardo – Eu acho que se os colégios oferecessem para os alunos curso de computação, internet, para poder treinar os alunos tudo que a gente sonha, seria bem estimulante e significante. Ele iria se sentir mais valorizado. A gente precisa cobrar deste governo nosso.

Fabiana – A internet é que eu acho mais interessante no computador. Hoje eu senti mais necessidade da gente ter aula de computação e ir

¹ SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

aprendendo uma coisa de cada vez. Eu queria aproveitar o máximo, ver tudo ao mesmo tempo, porque não sei quando vou ter outra oportunidade.

Marcelo – No dia que você falou lá na escola que estava tentando conseguir os computadores para gente lá no Instituto Ayrton Senna, o que é que a gente achava, que quem concordasse era para assinar para você mandar para lá o projeto, com a gente concordando, e eu fiquei tão empolgado que até sonhei à noite, pelo seguinte, porque não é só a direção e a coordenação que têm que preocupar, mas os alunos também. Acho que tinha que chamar também os pais dos alunos, mesmo que todo mundo é de situação carente. Eu acho que se não deu certo o do Senna a gente podia chamar todo mundo, são 1.200 alunos, não é possível que a gente não vai conseguir. Se os pais se interessassem em ajudar, dessem 10,00 por mês, daria mesmo. Acho que o governador deveria se preocupar, mas enfim... A gente tem como correr atrás.

Paulo – Outro dia uma colega foi caçar emprego de faxineira numa firma e eles perguntaram se ela tinha curso de computação. Ela falou não, porque? E ele não contratou porque falou que a cozinha era cheio de negócio que ela tinha que saber computação. Onde nós estamos? Para varrer o chão e fazer comida tem que saber informática?

Leonardo: Eu acho que as escolas públicas embora tenham uma capacidade muito boa para a classe média e baixa mesmo, eu acho que seria importante se as escolas oferecessem para os alunos uma sala de informática. Para que na hora de sair para o mundo lá fora, na hora de procurar o seu mercado de trabalho, não vou dizer totalmente preparado, mas pelo menos com um pouco de conhecimento.

Nas falas dos depoentes é nítido e chega a ser comovente, o desejo da incorporação material das Novas Tecnologias – especialmente do computador – na escola. Esse ingresso representa para quase a totalidade, “a porta da esperança” para o mundo moderno. Isto os leva a proporem estratégias de aquisição desses equipamentos mesmo que, para muitos, isso represente sacrifício em termos financeiros.

Um dos jovens-alunos chegou a escrever uma carta para o Secretário Municipal de Educação, cujo trecho aqui reproduzimos:

Senhor Secretário de Educação,

Venho através desta carta lhe dizer o que pensam os jovens e adultos que estudam no período noturno.(...) Espero que o senhor nos ajude porque do jeito que está não dá mais para ficar. Além disso espero que o senhor melhore o equipamento das escolas públicas, dando condições para que cada escola monte um laboratório de informática, pois é preciso que as escolas ensinem computação, porque hoje é uma nova era de tecnologia e todos precisam aprender a lidar com os computadores e todo tipo de tecnologia. O mundo está evoluindo e é preciso que a escola pública evolua junto, não fique parada no tempo, como está hoje.

Espero sua compreensão e ajuda.

Alexandro.

Sem dúvida, hoje o mundo é mesmo outro e concentra na informática e nas novas tecnologias da comunicação e da informação seus modos de produção da

vida e da relação de trabalho, poder e relação humana, quais devem ser nossos instrumentos de leitura dele?

Para Perrenoud (2000), formar o aluno para utilizar as novas tecnologias não é fazer com que o aluno domine técnicas e programações, mas

"formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação."

As discussões postas em prática com os jovens do Grupo Focal abrem-nos um olhar sobre a educação que extrapola os limites do próprio conceito, na medida em que delineiam o perfil desse jovem e quais as suas perspectivas para enfrentar a vida em todas as suas dimensões, numa sociedade assaz moderna e complexa. Os vinte jovens presentes nos grupos focais em muitos momentos se posicionaram como extremamente maduros, ao assumir tarefas compatíveis à "vida adulta": trabalham fora, cuidam de irmãos menores ou dos filhos, lavam e passam suas roupas, trazem dinheiro para completar a renda familiar e, em alguns casos, chegam a ser os únicos provedores dessa renda.

Essa juventude é uma edificação social. Os jovens aqui presentes contrariam alguns dos estereótipos a eles atribuídos: a irresponsabilidade, a impetuosidade desmedida, a violência, o desapego aos valores familiares. Exibem, isto sim, um caráter tecido sobre as agruras que regem seu cotidiano, um cotidiano que lhes impõe pesadas responsabilidades e tarefas, o que, entretanto, desempenham sem perder a alegria e a esperança.

Percebemos, pois, o novo tipo de subjetividade humana que está se conceituando. A partir do nexos entre cultura juvenil e o complexo crescente das novas tecnologias, está emergindo uma identidade inteiramente original. Uma justificativa ainda mais óbvia para reavaliar a relação entre juventude e tecnologias emergentes é que não se trata apenas da infiltração contínua destas tecnologias no processo de escolarização, mas também da importância destas e da cultura que trazem, induzindo a alterações de currículo, mediante os problemas e necessidades daí decorrentes. De particular relevância para nosso estudo é o papel da cultura das Novas Tecnologias nos mundos vitais desses jovens e a relação entre essa cultura e a sua escolarização. Esse processo está vinculado aos novos desenvolvimentos

tecnológicos e culturais e, em especial, à informática como (re)organizadora da ação e do significado humano.

O acesso à informática e aos computadores é o primeiro passo da inclusão digital. Mas, nas poucas escolas públicas brasileiras que dispõem de laboratórios de informática, ainda encontramos aqueles que não são utilizados por falta de professores capacitados; ou ainda, quando utilizados, é porque possuem funcionários apenas para o turno diurno, ficando o ensino noturno, mais uma vez, relegado a uma educação de segunda classe.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O século XX foi curto, durou perto de 80 anos, pelo menos segundo Hobsbawn (1995), em *A era dos extremos*. Acrescentaríamos: curto e intenso. Os fenômenos da abreviação e do atalho erigiram-se como ícones deste tempo: as mudanças redefiniram paradigmas conceituais, temporais, espaciais que pareciam há muito assentados.

O mundo ficou pequeno. A máxima, de efeito quase publicitário, seria irrefutável se alguém deixasse de perguntar: para quantos? Infelizmente, no mundo pequeno, nem todos podem ler, ver, escrever ou “navegar”.

As instantâneas mudanças sociais e culturais decorridas nas últimas décadas do século passado – impulsionadas e amparadas pela introdução das nascentes tecnologias – têm provocado na nossa sociedade uma implicação em que diversidade e democratização ocorrem, simultaneamente, à fragmentação e à exclusão. As noções de tempo e espaço se modificaram e, em conseqüência, as condições de percepção dos sujeitos. As novas gerações, videoformadas, nasceram em meio a janelas e redes, em uma paisagem de mensagens globalizadas que sedimentam as novas culturas híbridas. Da sociedade da informação às comunidades virtuais do ciberespaço, passando pela torrente da flexibilidade e da urgência de novos movimentos sociais, a juventude é um dos grupos sociais que, com mais justa intensidade, experimenta os prós e os contras da globalização.

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a inclusão digital dos jovens das camadas sociais desfavorecidas. Um dos objetivos secundários foi o dar voz aos sujeitos investigados. Por isso, toda a abordagem metodológica baseou-se no princípio de que os atores principais – os jovens – tinham muito a dizer sobre o seu mundo e sua relação com as tecnologias que os cercam.

O trabalho se desenvolveu em duas frentes. Em primeiro lugar, foi necessário conceituar inclusão/exclusão digital e entender sua importância em uma sociedade informatizada – conforme se tem caracterizado, especialmente, a sociedade ocidental moderna. Para aferir o grau de inclusão/exclusão digital de jovens brasileiros, optamos pela realização de uma pesquisa empírica. O universo escolhido foi o de estudantes de escolas noturnas, em função do tipo de curso e pessoas que, no geral, são as que se encontram no referido turno. Esta escolha justifica-se, ainda, por não serem jovens com uma história de escolaridade regular, como os vestibulandos ou os alunos de cursos extra-curriculares em busca de conhecimentos pessoais. No entanto, são ligados ao mundo urbano, envolvidos em atividades de trabalho e lazer, relacionados com a cultura letrada, escolarizada e urbana. Vários autores têm indicado a necessidade de um aprofundamento a respeito da população jovem incorporada nos cursos noturnos da educação básica, talvez pelo próprio fato de a escola noturna evidenciar a existência de processos de desigualdade social.

Os jovens sujeitos de nossa pesquisa têm como ponto comum o que Martins (1997) chama de inclusão de forma subalterna. Sua inserção social faz-se em um sub-emprego, precário e instável, muitas vezes ameaçado. Frequentam uma escola que eles mesmos e a sociedade em geral não consideram ideal. Em sua maioria fazem parte do que Betto (1998) chama de novos pobres; temem o desemprego futuro, têm esperança de que a escola possa ajudá-los na escalada social, mas a realidade que os cerca lhes diz o contrário.

E inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias da informação e comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais; para fomentar a transparência de políticas e ações do governo; e para incentivar a mobilização dos cidadãos e participação ativa nas instâncias cabíveis.

Por outro lado a pesquisa permitiu concluir que os alunos do noturno, por não disporem dessas tecnologias nas instituições escolares, evidentemente se mostraram-se despreparados para enfrentar o desafio da inclusão digital. Descobrir as razões disto demandaria outra análise. Nada nos impede. Todavia, de tentar apontar algumas:

Nas falas dos jovens reflete-se a concepção do noturno como castigo para aqueles que não levam o estudo a sério, “que tomam bomba”. Estereótipos como este contribuem para que o ensino noturno seja sempre tratado em segundo plano e considerado ensino de qualidade inferior à do diurno.

Consagrou-se a afirmação de que a escola noturna é voltada para uma maioria de adultos. Essa idéia não encontra respaldo nas turmas analisadas pela nossa pesquisa. Como percebemos nas observações, são turmas constituídas essencialmente por adolescentes e jovens e, como tais, demandam experiências específicas da idade e da geração.

A discussão sobre a democratização e a qualidade da educação brasileira nos leva, necessariamente, para uma compreensão do papel da escola noturna, tanto no âmbito da oferta de vagas, quanto da qualidade dos seus cursos, pois é nessa escola de terceiro turno que se aloja a maioria dos jovens estudantes cuja necessidade é conciliar sobrevivência e estudos.

Fica evidente – do que foi dito pelos alunos – a percepção de que a escola oferecida às camadas populares é inferior àquela que se oferece às camadas mais abastadas, e que o conhecimento das conseqüências disso não é exclusividade dos meios acadêmicos. A fala simples dos alunos revela que eles têm escola, mas sabem o tipo de escola que têm. E, ao que nos parece, eles sabem até mesmo o papel que ela exerce, conquanto confirma e acentua o processo de desigualdade social.

Não se percebeu um movimento sequer, das escolas, que intentasse incluí-los nessa sociedade da informação. Dentre as elucidações advindas com a pesquisa, verifica-se a identificação dos jovens como sujeitos que formulam e expressam demandas educacionais relacionadas às influências dessas tecnologias, na sociedade hodierna.

Não obstante não as conheçam nas escolas, constatou-se uma diferença significativa entre os jovens do Ensino Fundamental daqueles do Ensino Médio, em relação a essa mesma competência. A escolaridade foi o fator decisivo no que se reporta ao interesse pelo mundo digital. Pensávamos que outras variáveis seriam determinantes para se entender o interesse dos jovens pelo referido mundo – tais como gênero ou etnia – não tendo se mostrado, no entanto, relevantes a ponto de registro.

Para os jovens o computador na escola possibilitaria uma educação com qualidade inquestionável, dada a facilidade e o montante da informação que os colocaria mais próximos do mundo atual, oportunizaria aquisição de emprego, além de se disponibilizar como fonte de pesquisa ágil e inesgotável.

Confirmou-se a hipótese de que a ausência do universo tecnológico traz conseqüências prejudiciais ao futuro engajamento da juventude no mercado de trabalho. Ao detalharmos o perfil dessa classe, ficou-nos ainda mais evidente o quanto a escola poderia se aliar na inserção dessas criaturas no chamado mundo digital. A maioria delas, não é novidade, advém das classes sociais desfavorecidas e, por conseguinte, com raríssimas possibilidades – por si mesmas ou com apoio de seu grupo comunitário – chegarão a esse futuro informatizado.

A instituição escolar passa por um momento de discussão sobre a era tecnológica, uma vez que esta se incorporou a nossa evidência. Está sucedendo uma revolução tecnológica que a não pode ser ignorada pela escola, sob pena de pôr em risco a sua sobrevivência como instituição.

A escola, principalmente a que se destina aos jovens oriundos das classes menos favorecidas, não pode continuar à margem das alterações representadas pelas NTIC em nossa sociedade, do impacto da assomada linguagem e das intensas modificações acarretadas no mundo atual, em seus múltiplos aspectos organizacionais e de introdução de novos equipamentos – pois, em vista do que vimos a exclusão digital é uma daqueles tipos de que, profundamente concorre para instituir o abismo entre as vertentes.

A construção social e discursiva da juventude envolve um complexo de forças que inclui a experiência da escolarização, mas que, de forma alguma, está limitada a ela. Entre essas forças e fatores estão os meios de comunicação de massa. Até o

momento entretanto, educadores não têm considerado essas perspectivas e questões como dignas de atenção.

Mesmo que a escola “finja” estar à margem de todas as transformações que se fazem presentes, os alunos chegam às salas de aula com experiências proficientes e inovadoras, relacionadas a televisão, rádio, jogos, fliperamas, entre outras máquinas e implementos técnicos. Ou seja, ou a escola repensa a sua própria função ou corre sério risco de não sobreviver às suas diretrizes nos atuais.

Finalmente, esperamos que as confirmações e novidades que detectamos no decorrer da pesquisa em relação aos anseios dos jovens possam ser úteis e, de algum modo, levem os cursos de formação de professores a repensar e discutir questões que nos parecem mais exigentes. Esperamos também que tenhamos assinalado, aberto alguma trilha para aqueles professores que queiram refletir sobre sua prática, bem como para todos os que se preocupam com a organização escolar e com o cotidiano, notadamente o da escola noturna. Seria satisfatório que esse trabalho levasse os responsáveis pela implementação das políticas educacionais a mensurar os efeitos de suas atitudes. Assim, pensamos poder contribuir para o alicerçamento de uma escola noturna mais adequada, mais inclusiva, com chances para jovens e adultos, respondendo às demandas próprias de cada geração.

REFERÊNCIAS

- BETTO, Frei. Os novos pobres. In: **Folha de São Paulo**. 19/07/1998
- BRAGA, Álvaro José. **Do mobral ao computador**: a implantação de um projeto de informática educativa na educação de jovens e adultos. Dissertação de mestrado. UNICAMP. São Paulo [s.n], 1996.
- BRASILEIRO, Sheilla A. **O computador como mediador dos processos pedagógicos**: Um estudo exploratório em escolas de Belo Horizonte. Monografia (PET/CAPE) Belo Horizonte: UFMG, 1996. 111 p.
- _____. Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação. In: MACHADO, L (org). **Dicionário da Educação Profissional**. 1 ed. Belo Horizonte: NETE, 2000.
- _____. **Juventude e Novas Tecnologias**: Implicações para a EJA. ANPEd, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Desafios da educação de Adultos frente à nova reestruturação tecnológica**. Seminário Internacional Educação e Escolarização de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 1997. 264-274.
- GENTILI, P.(org) **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOMEZ, Margarita Victoria. **Paulo Freire**: Re-leitura para uma teoria da informática na educação. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de População e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINS, José Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINISTÉRIO da Ciência a Tecnologia. **Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília, set. 2000.

NAHAS, Maria Inês. **Mapa da exclusão social de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1999.

NEGRO-PONTE, Nicholas. **Ser digital**. México: Atlántida-Océano, 1996.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Makron Books, 2001.

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. (trad. Carlos Eduardo Machado e Luiz A. Obejés) São Paulo: Editora Brasiliense; Ed. Unesp, 1993.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital**: A miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.